

Leher: medalha Pedro Ernesto

"Nas ruas, na luta por uma educação emancipadora", diz o convite para a cerimônia que homenageará o professor Roberto Leher (foto). Ele receberá a principal comenda da Câmara Municipal no auditório Pedro Calmon, na Praia Vermelha. Será às 18h30 desta quinta-feira, 28 de agosto. **Página 6**



Samuel Costa - 09/08/2014

DCE debate universidade popular

O DCE Mário Prata promove às 18h desta terça-feira, 26 de agosto, o debate "A UFRJ para além dos seus muros: desafios para uma universidade popular". Será no Teatro de Arena da Praia Vermelha.

www.adufrj.org.br

AdUFRJ

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL



Andes-SN - Ano XIII nº 856 - 25 de agosto de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

Racismo no Brasil

Eloá Nascimento (foto) discutiu o tema em debate organizado pelo DCE.

Página 8



Elsa Monteiro - 20/08/2014

MOVIMENTO

Andes-SN: nova diretoria toma posse no Conad

A sessão da plenária de abertura do 59º Conselho do Andes-SN (Conad) em Aracaju foi o cenário da posse da nova diretoria do Sindicato Nacional. O professor Paulo Rizzo, de Santa Catarina, assumiu o cargo de presidente da entidade. **Páginas 2 e 3**

Silvana Sá - 21/08/2014



Rizzo, ao lado de sua antecessora e agora 1ª vice-presidente, Marinalva Oliveira



Darlus de Azevedo Junior - 16/05/2013

ATRASO. Nesta imagem captada em maio de 2013, a placa informa a quando a obra deveria ter sido concluída

ESPECIAL

Cresce o contingente dos sem-teto na UFRJ

A escassez de verbas estrangula a política de assistência estudantil na universidade. Menos de um terço dos alunos que solicitam bolsas e que precisam do recurso para se manter são atendidos. A situação se torna mais dramática quando o assunto é moradia. A maioria não tem acesso a residências universitárias e a construção do novo Complexo Estudantil é insuficiente para resolver a demanda crescente

Páginas 4 e 5

MOVIMENTO DOCENTE

Mais dois anos de luta

Posse da nova diretoria do Sindicato Nacional para o biênio 2014/2016 marca plenária de abertura do 59º Conad

Novo presidente é o professor Paulo Rizzo, da UFSC

Silvana Sá

Enviada especial a Aracaju (SE)

Começou em 21 de agosto o mandato pelos próximos dois anos da nova diretoria do Andes-SN. A posse ocorreu durante a plenária de abertura do 59º Conselho do Andes-SN (Conad), em Aracaju (SE).

A expectativa é que se mantenha a combatividade do mandato anterior. Afinal, o novo presidente, professor Paulo Rizzo, da Seção Sindical do Andes-SN na UFSC, era 2º secretário na gestão 2012-2014. Marinalva Oliveira, presidenta até então, agora assume a 1ª vice-presidência. Cláudia March, da Aduff-SSind — que não fazia parte da direção passada — completa a cúpula como nova secretária-geral.

Marinalva Oliveira, durante o discurso de transição do cargo, emocionou-se ao mencionar o companheiro de diretoria Márcio de Oliveira, secretário-geral em sua gestão. Ele e o professor Luiz Henrique Schuch, 1º vice-presidente de Marinalva, receberam agradecimentos especiais pelas lutas travadas pelo Sindicato Nacional nos últimos dois anos.

Campanha pelas condições de trabalho: fundamental

Entre elas, a ex-presidenta destacou a campanha por melhores condições de trabalho, fundamentais para “a valorização do trabalho docente”. O enfrentamento com o Plano Nacional de Educação (PNE) do governo federal, a campanha em defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública já e a realização do Encontro Nacional de Educação (ENE), no início de agosto, foram apontados, pela atual 1ª vice-presidente, como as principais realizações da sua gestão. A greve nacional das federais, de 2012, foi lembrada também como um marco do movimento docente. Pontuou, ainda, a conquista definitiva da carta sindical do Andes-SN.

O professor Márcio de Oliveira foi homenageado pela nova diretoria nacional (e pela anterior), por ter sua vida em muitos momentos confundida com a existência do Andes-SN. “Homenageá-lo é também é fazer uma referência à história deste Sindicato”, destacou Paulo Rizzo.

Rizzo, que já presidiu o An-

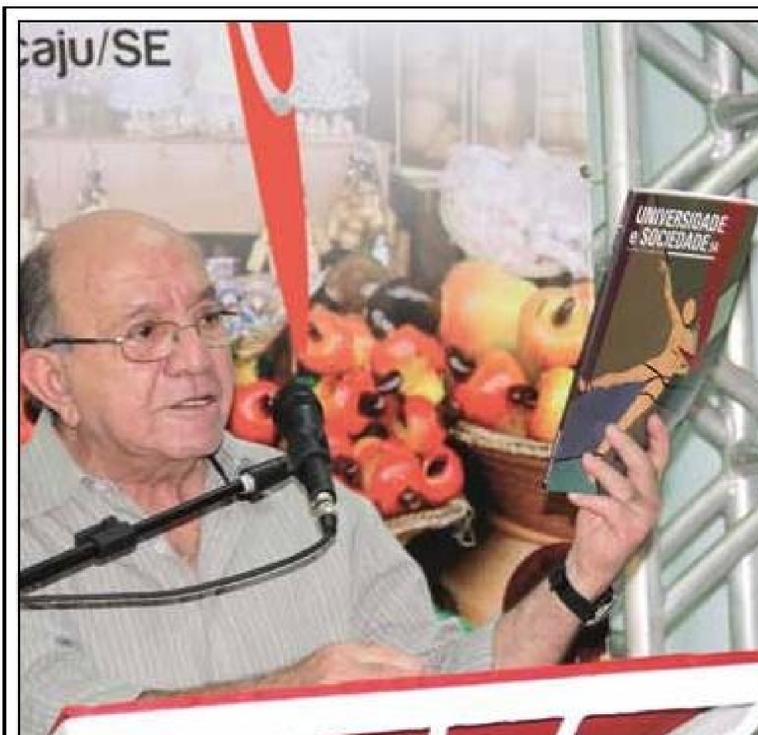


Na mesa. Da esquerda para direita: Cláudia March (UFF), Paulo Rizzo (UFSC), Marinalva Oliveira (Unifap) e Márcio de Oliveira (UFJF)

des-SN de 2006 a 2008, além de ter participado de outras gestões em outras funções, observou que os novos componentes da diretoria (alguns sem experiência sindical) trazem um elemento importante de renovação da história do Andes-SN. “Temos um programa que busca dar continuidade ao processo de construção coletiva, democrática, deste Sindicato que se expressa nas definições políticas e nas ações de luta”.

Mudança na Regional Rio

Na mesma cerimônia, o professor Luis Acosta, da UFRJ, assumiu a 1ª vice-presidência da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN. Seu antecessor, Walcyr de Oliveira Barros, também da UFRJ, tornou-se o 3º tesoureiro da diretoria nacional do Sindicato.



Nova Universidade e Sociedade trata dos 50 anos do golpe

Ainda durante a plenária de abertura, foi lançada a nova edição da revista Universidade e Sociedade, do Andes-SN. Ela traz como tema: “50 anos do Golpe Militar – Dores, Sonhos e Resistência: uma história inacabada”. O professor Márcio de Oliveira (foto), ao apresentar a revista, afirmou que o conjunto de artigos compõe um importante documento para ser “propagado nas universidades e também para a sociedade”, como forma de apontar a luta pela conquista, de fato, da democracia. “Esta é uma luta política necessária”.



APRESENTAÇÃO CULTURAL

O grupo quilombola Samba de Pareia de Mussuce encarregou-se de dar as boas-vindas aos delegados e observadores do 59º Conad.



59º CONAD

Fotos: Silvana Sá - 21/08/2014

Desafio do movimento docente

Na análise de conjuntura, participantes do evento avaliam criminalização dos movimentos sociais organizados



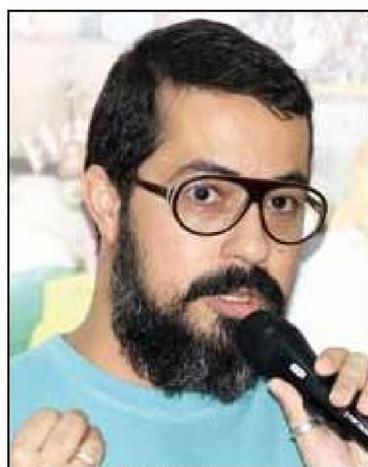
Ataques à educação pública vêm crescendo

Silvana Sá

Enviada especial a Aracaju (SE)

Os participantes do 59º Conad debateram, no fim da tarde do dia 21 de agosto, a conjuntura política atual. E o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, lembrou que a análise de conjuntura está diretamente relacionada à centralidade da luta do Sindicato Nacional para os próximos meses, aprovada no último Congresso da categoria. Ou seja, além de expressar a intransigente defesa da educação pública com financiamento público, o movimento docente deve se voltar para a desmercantilização da área e para melhorias das condições de trabalho e salário dos professores. Além de buscar o fortalecimento da CSP-Conlutas.

A crescente criminalização dos movimentos, com destaque para perseguições e proibições de utilização de espaços públicos para atividades relacionadas à defesa da educação pública, foi citada por Rizzo. O exemplo mais recente ocorreu durante os preparativos do Encontro Nacional de Educação (ENE), de 8 a 10 de agosto, no Rio: na véspera de sua realização, os governos municipal e estadual proibiram a utilização de escolas como espaços de discussão dos grupos de trabalho do evento. As autoridades também voltaram atrás em



Cláudio Ribeiro



Cristina Miranda



Paulo Rizzo

Nacional de Educação. “A educação já se tornou mercadoria e uma mercadoria fundamental para a reprodução do capital. A empresa que tem o 17º capital da Bovespa é do setor educacional. É preciso redefinir e reforçar o que defendemos como público”.

Cristina Miranda, também da delegação da Adufrj-SSind, destacou a sofrida derrota com a aprovação do PNE do governo, que reconfigurou o sentido de educação pública. “A despeito de todo o debate que fizemos em defesa dos 10% do PIB para a educação pública, o artigo quinto do PNE ressignifica o caráter do que é público, abrangendo o conjunto das parcerias público-privadas e os incentivos do Estado ao setor privado: Prouni, FIES, Pronatec, Ciência sem Fronteiras, creches beneficentes, Sistema S. Tudo isso passa por uma reconceitualização e entra no rol do que é público. Nosso Sindicato deve discutir centralmente sobre isso”.

Greve da USP recebe destaque

A criminalização da greve da Universidade de São Paulo (USP) também mereceu destaque em diversas intervenções. Há meses, os editoriais dos jornais de maior circulação de São Paulo e também do Rio iniciaram uma campanha sistemática de ataques à universidade. Pelas avaliações feitas no Conad de Aracaju, a ameaça é muito mais abrangente, pois atinge em cheio todas as universidades públicas.

NÚMEROS DO CONAD

A 59ª EDIÇÃO DO CONSELHO DO ANDES - SN CONAD), CONTOU COM:

202

Total de participantes

33

Diretores do Andes-SN

46

Delegados

6

Convidados

58

Seções Sindicais

117

Observadores

acordos para ceder locais de acampamento aos participantes de outras cidades. “O que está posto é um processo de mercantilização da educação, de garantia do lucro das grandes corporações em contrapartida à retirada de direitos. É isso que enfrentamos e qualquer tentativa de barrar esse processo será

atacada”, afirmou Rizzo.

Resposta mais ágil aos ataques contra Educação

Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, sublinhou que é preciso aproveitar o bom momento das discussões unifi-

cadas sobre educação, construídas pelos encontros estaduais e o ENE, para dar respostas mais ágeis aos processos mercantilizantes do setor. Ele classificou como “brutal” o ataque perpetrado pelo governo aos movimentos que defendem a educação pública, especialmente com a aprovação do Plano

Assistência estudantil em xeque na universidade

Nota da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst) expõe descompasso entre o discurso pró-democratização do acesso à universidade e a realidade dos alunos mais carentes que passam por seus portões

Número de vagas universitárias e de bolsas de auxílio são insuficientes

Filipe Galvão

Estagiário e Redação

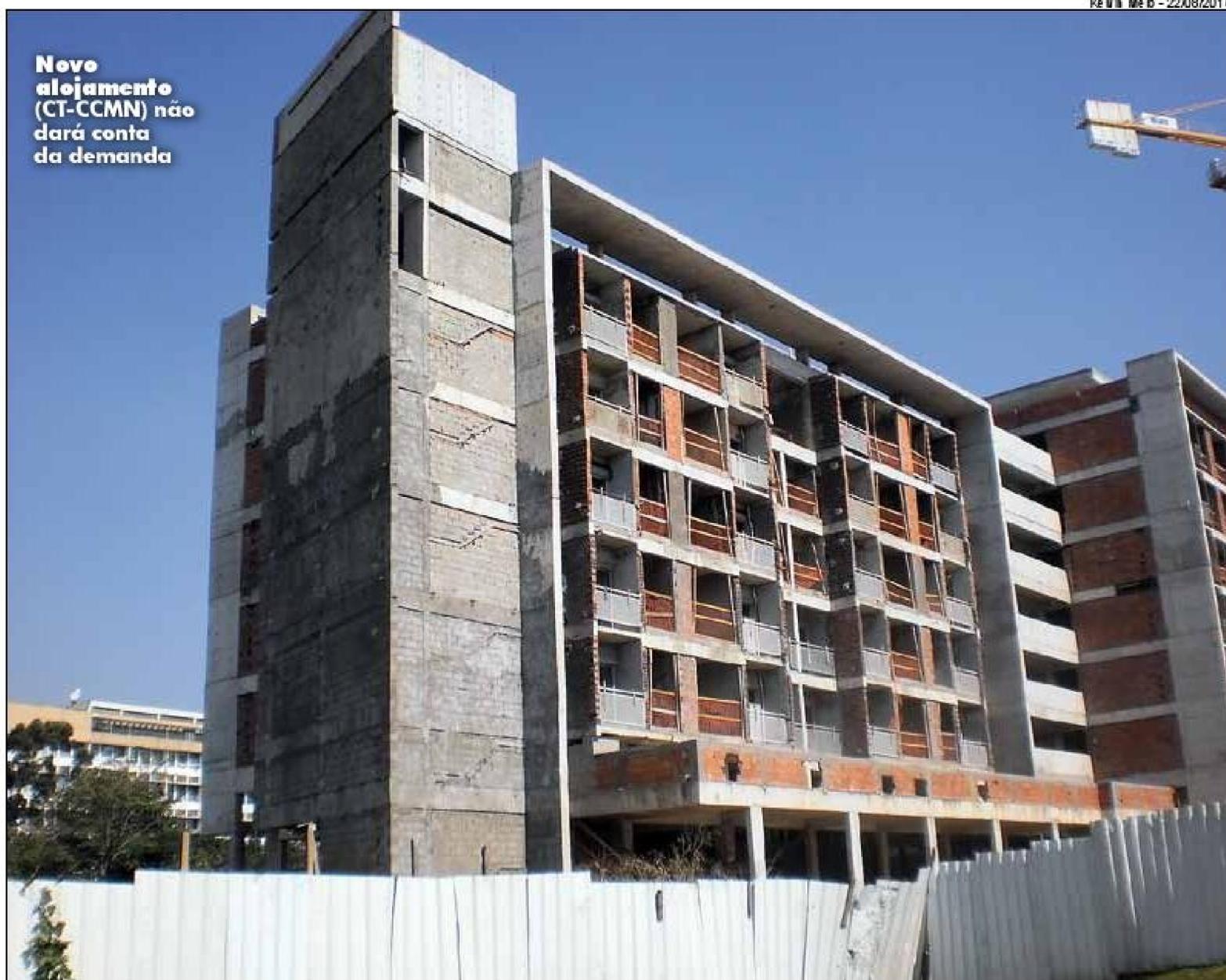
A pressão dos alunos da UFRJ conseguiu jogar mais luz na falta de políticas de assistência estudantil da universidade. Diante das cobranças por transparência e mais bolsas, a superintendência responsável por assistir o corpo discente publicou uma nota sobre o desequilíbrio no orçamento deste setor. Mais da metade dos R\$ 97 milhões previstos para serem gastos em 2014 saem dos cofres da própria instituição: R\$ 55 milhões. O Pnaes, Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC, completa a conta com os R\$ 42 milhões restantes.

O montante atendeu tão somente 11,8% dos alunos que requereram bolsas no primeiro semestre de 2014. A quantidade não difere muito dos aceitos no ano passado, segundo a nota, "menos de 20%". O somatório dos números configura um verdadeiro problema para os que não têm estrutura prévia para garantir a permanência na universidade.

Cresce o número de alunos de outros estados

Para completar o quadro, em quatro anos de vigência, o Sistema de Seleção Unificada (SiSu/MEC) fez saltar na UFRJ o número de ingressantes de outros estados de 1% para 22%. Nem mesmo o término da construção do novo Complexo Estudantil entre o CT e o CCMN bastaria para resolver o problema da moradia — o prédio vai oferecer 500 vagas, totalizando mil alunos alojados pela UFRJ. A superintendente adjunta da SuperEst, Monica Conde, analisa os números e admite a deficiência: "Por ano, temos três mil novas solicitações. A lista de espera só cresce", diz.

Com a atual residência estudantil em reforma, nem as mil vagas são para agora. A notória precariedade do alojamento forçou a SuperEst a intervir antes que morar no prédio ficasse impraticável. Goteiras, pragas e tubulações arrebentadas deram o tom no lugar até o início



Novo alojamento (CT-CCMN) não dará conta da demanda

Descompasso

1.000 vagas

– a UFRJ terá para oferecer, com alojamento reformado e novo complexo, inaugurado

3.000 solicitações

– recebe a universidade, todo ano

de 2014, quando começaram as obras. Parte dos estudantes precisou desocupar o prédio e recebe uma bolsa emergencial até o encerramento dos consertos. A previsão é para o final de 2015 (leia mais em quadro da página 5).

Aluna de Letras, Ana Carolina Campos é uma das moradoras que precisaram sair do alojamento. Com o auxílio emergencial, ela conseguiu dividir um apartamento no bairro do Caju. Para Ana, o dinheiro ajuda, mas não basta: "Mesmo com o auxílio, eu acredito que as coisas não andam muito bem na concessão de bolsas", observa.

Aumento do PNAES é bandeira de luta

Para uma efetiva democratização do ensino, é preciso garantir a permanência dos estudantes pobres na universidade. É esse o argumento que centraliza as principais bandeiras nas lutas dos estudantes. A

mobilização grevista do corpo discente de 2012 reivindicou um aumento da verba destinada ao PNAES de R\$ 550 milhões para R\$ 2,5 bilhões. O aumento aconteceu, mas tímido: o orçamento chegou a R\$ 670 milhões.

Apesar de esclarecer a insuficiência das verbas recebidas, a já mencionada nota da SuperEst gerou mal-estar na comunidade acadêmica. O trecho final sugeria que os estudantes discutissem com suas famílias as "condições de sobrevivência no Rio de Janeiro, caso não venham a ser selecionados para receber uma bolsa de assistência estudantil" e que "em outra Universidade, mais próxima de casa, pode minimizar custos e significar a diferença entre concretizar um sonho ou vê-lo frustrado por toda a vida". Pela nota da SuperEst, o caro Rio de Janeiro só aceita mesmo quem pagar bem, mesmo que a universidade seja pública.

Orçamento de apoio aos estudantes da UFRJ:

R\$ 97 milhões, sendo **R\$ 55 milhões** bancados pela própria universidade

Vila Residencial na onda da especulação imobiliária

Moradores deixam as casas para alugar quartos a alunos

Nem a Vila Residencial da UFRJ escapa da esquizofrenia imobiliária que empurra o Rio de Janeiro para o penhasco. No intervalo de um ano, os preços cobrados em repúblicas e pensionatos subiram 16%. Quem quiser dividir um quarto com mais cinco pessoas e dormir em beliches precisa pagar R\$ 350,00.

Por enquanto compensa. Quando chegou ao Rio de Janeiro, o boliviano Alfredo Quiroga precisou desembolsar bem mais. “Eu não sabia como era, não sabia da dificuldade que é pra morar rápido. Primeiro, morei na Ilha do Governador, mas não era muito bom. O preço era muito alto e a qualidade não era boa”, afirma Alfredo, mes-trando em Engenharia Civil.

Uma febre. É assim que Jeovane Ribeiro define a onda de repúblicas que tomaram conta da Vila

Aluguel
R\$ 350

– para
morar num
quarto, com
mais cinco
pessoas

nos últimos quatro anos. Jeovane mora no local desde 1996 quando comprou de um amigo uma casinha por R\$ 7 mil. Com as obras de saneamento e urbanização financiadas pela Petrobrás em 2011, a Vila mudou de cara e de cifras. “Antes, aqui não tinha tanto valor, agora as casas pularam de R\$ 50 mil para R\$ 200 mil, R\$ 250 mil reais”, diz, depois de avaliar a própria casa em R\$ 300 mil.



Jeovane: “Eu preciso do dinheiro, eles precisam da moradia”

Estimativa de 50 repúblicas

É uma fachada grande, verde, com dois andares. Ele mora no andar de cima. No térreo, vivem nove estudantes que alugam os dois quartos disponíveis. A procura e a proximidade com a UFRJ fez das repúblicas o principal meio de vida entre os moradores. “Virou um comércio. Vem gente do Brasil todo procurar. Agora deve ter umas 50 repúblicas

aqui. Quando eu comecei, eram três”, conta Jeovane.

A medida que os estudantes chegam, os moradores saem. Muita gente deixou a vila para alugar mais quartos e aumentar o lucro. Jeovane já disse adeus a boa parte dos vizinhos, mas não vê a troca como algo ruim: “Eu preciso do dinheiro, eles precisam da moradia, no final todo mundo ganha”. (Filipe Galvão)

Valores crescem
R\$ 7 mil

– gastou um morador em 1996 para comprar

sua casa
R\$ 300 mil

– é a avaliação que ele faz hoje do mesmo imóvel

Sarau pela ampliação da Assistência Estudantil

Só foram abertas 18 vagas este ano no alojamento

Estudantes da UFRJ realizaram, no último dia 21, um sarau no alojamento. O objetivo era expor os problemas com a (falta de) assistência ao corpo discente. A atividade contou com oficinas de fotografia e teatro oferecidas pelos próprios alunos. Houve quem trouxesse barracas para ocupar o pátio.

A residência universitária, no total, possui 504 vagas divididas em dois blocos. A ala feminina está em reforma desde março, com prazo de entrega para dezembro deste ano. A partir de então, começará a reforma da ala masculina, com conclusão prevista para 2015. Parte das pessoas que moravam no prédio em reforma recebe uma bolsa extra de R\$ 650 (perfazendo um total de R\$ 1,2 mil como auxílio para aluguel temporário fora do campus). Outra parcela dos estudantes se mudou para a ala masculina. E muitos, muitos mesmo, não se



Para ampliar a visibilidade das reivindicações, atividades como o sarau devem se repetir

encontram cadastrados no programa de assistência e, apesar de serem “da casa” e necessitarem da ajuda de custo, não conseguem o benefício — nesse semestre, foram abertas apenas 18 vagas no alojamento.

Relatos de vida difícil

Esse é o caso de Muana Iara de Andrade que, através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), veio de São Paulo para estudar Relações Internacionais na UFRJ. Ela deu entrada no pedido de auxílio-moradia. E recebeu como resposta que tinha sido “deferida não-classificada”

ou seja, significa que está enquadrada no perfil socioeconômico do edital da universidade, mas, devido à grande demanda, fica de fora do programa. Muana passou a ocupar o alojamento desde 2012, mesmo sem a bolsa. Durante a mudança para o bloco masculino, ficou decidido pelo Consumi que os 111 alunos que já habitavam o prédio sem cadastro poderiam continuar até dezembro, quando a ala feminina fosse entregue.

Ilca Dias é aluna de Serviço Social e mora no alojamento há quatro anos. Ela e mais outras seis pessoas foram indi-

ciadas pela Polícia Federal por “organização contra a institucionalização da administração central”. Para Ilca, o descaso com a assistência estudantil por parte da instituição causa mais do que problemas estruturais: “Fomos classificados no IPUB-UFRJ (Instituto de Psiquiatria) com um alto índice de danos à saúde mental e muitos fazem acompanhamento psicológico. Um modelo de ensino que prega a expansão da universidade e não tem como oferecer assistência estudantil é um modelo incoerente”, desabafa. (Samantha Su)

DCE realiza debate sobre universidade popular

O DCE Mário Prata convida a pensar como seria uma Universidade Popular, com expansão do acesso e garantia de permanência, democratização da produção de conhecimento, da gestão da Universidade e de seus equipamentos, a valorização e ressignificação da extensão entre outros aspectos.

A mesa “Desafios para uma Universidade Popular” contará com a presença de: Cláudio Ribeiro - professor da FAU/UFRJ e presidente da Adufrj-SSind; Juliete Pantoja - MLB; representante do EMUP; representante da Turma de Assentados da Reforma Agrária.

Será neste dia 26 de agosto (terça-feira), às 18h, no Teatro de Arena, no Palácio Universitário (campus da Praia Vermelha).

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Professor devolve Doutor Honoris Causa à Unicamp

Foi resposta à não cassação do mesmo título para Jarbas Passarinho

Conforme noticiado no **Jornal da Adufrj** nº 854, o Conselho Universitário da Unicamp, no início de agosto, não cassou (por muito pouco) o título de Doutor Honoris Causa concedido ao coronel Jarbas Passarinho, em 1973. Segundo o regimento, a decisão precisava de 50 votos, mas o placar registrou 49 conselheiros favoráveis à revogação do título do ex-ministro do governo de Emilio Garrastazu Médici, dez contrários e dez ausências.

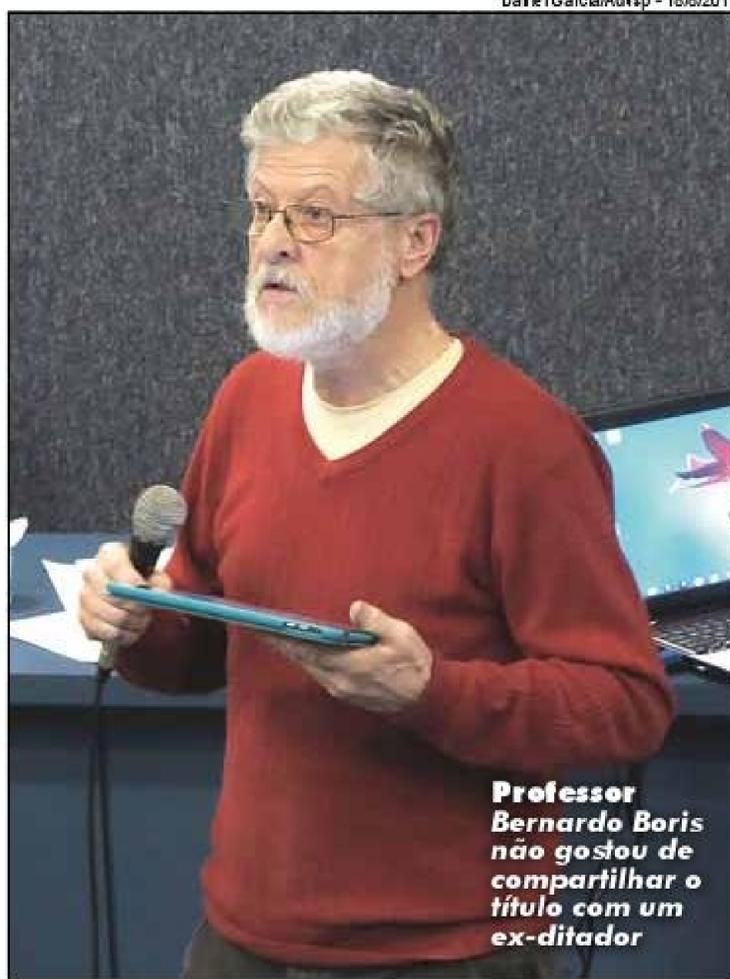
O professor Bernardo Boris Vargaftig, Titular aposentado da USP, não engoliu o resultado. Também agraciado com a honraria (em 1991), enviou uma carta ao reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge. Nela, o professor comunica a devolução de seu Doutor Honoris Causa à universidade. Ele justifica: "Recuso-me a continuar

a acompanhar o Coronel repressivo, ex-ministro da Educação e responsável por tantos desmandos e arbitrariedades". Vargaftig foi perseguido durante a ditadura — em 2008, chegou a ser indenizado pelo Ministério da Justiça.

Na carta, o docente afirma que só recentemente tomou conhecimento de que o ex-ditador havia recebido o título. Por isso, tomou a decisão de devolver a honraria tardiamente. Ele classificou ainda como "evolução retrógrada" a política brasileira em curso nas universidades públicas. Disse que as instituições não respeitam o exercício do direito de greve e a liberdade de manifestação, como também mantêm "sua estrutura antidemocrática".

Na UFRJ, Médici está na mira

Na década de 70, a UFRJ concedeu o título ao ex-ditador Médici. A Adufrj-SSind fez pronunciamento público pela cassação da honraria. A diretoria da Seção Sindical vai encaminhar um pedido formal à reitoria, decisão tomada em Assembleia Geral de março deste ano. (Silvana Sá)



Professor Bernardo Boris não gostou de compartilhar o título com um ex-ditador

HOMENAGEM

Medalha Pedro Ernesto será entregue ao professor Roberto Leher, da UFRJ

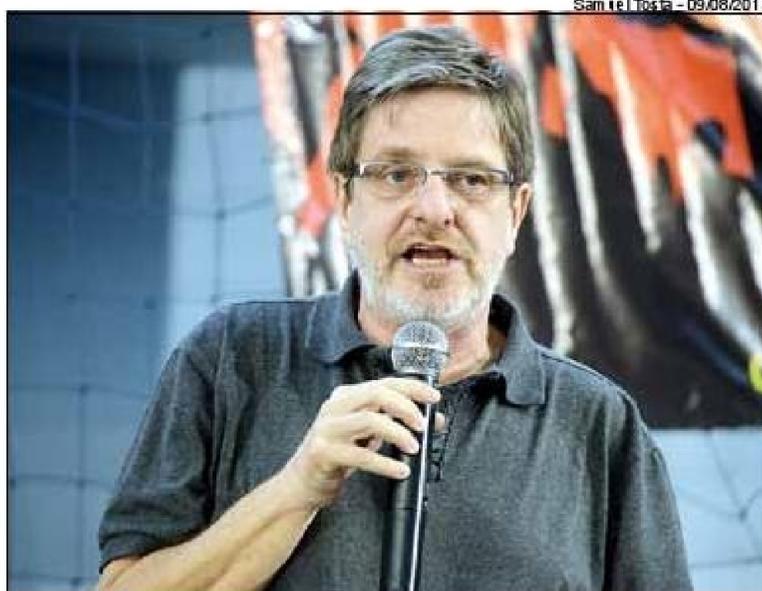
Cerimônia está marcada para o dia 28, às 18h30, no Pedro Calmon

O mandato do Vereador Renato Cinco (PSOL) convida para cerimônia de entrega da Medalha Pedro Ernesto ao professor Roberto Leher, Titular da Faculdade de Educação da UFRJ. O evento acontecerá no dia 28/08 às 18h30 no Auditório Pedro Calmon, Praia Vermelha, UFRJ.

Na ocasião, haverá um debate com a professora Titular da História da UFF Virginia

Fontes, a pedagoga do Município de Caxias e da rede estadual Ivanete Silva, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro (professor da FAU/UFRJ) e um representante do DCE Mário Prata (Tadeu Lemos).

Comprometido com a luta por uma Educação Pública, Gratuita, Laica, Democrática e de Qualidade, Leher é um dos principais articuladores do Fedep (Fórum em Defesa da Escola Pública). Coordenou variados projetos que norteiam o debate na área da educação, como o Observatório Social da América Latina do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.



Comprometido com a luta em defesa da educação pública, Leher ganha homenagem da Câmara dos Vereadores do Rio

AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do *campus* Macaé. A versão *online* pode ser lida no *site* www.adufjrj.org.br. Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para secretaria@adufjrj.org.br.

Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind ocorrem até 17 de setembro para utilização em 10 de outubro de 2014.

Tabela

A tabela, com o reajuste anual da operadora, pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro de 2014.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelos telefones 97686-6793, 99411-0361 ou pelo e-mail: convenio.unimed@adufjrj.org.br.

Oficinas de Saúde Vocal para docentes

As oficinas de saúde vocal serão realizadas nos dias 8,10,15,17 e 22 de setembro (sempre segundas e quartas-feiras), das 11h às 12h30, no Auditório do Parque Tecnológico — Rua Paulo Emídio Barbosa, 485 Quadra 1B, ao lado do restaurante Couve Flor, na ilha do Fundão. Serão sete horas e meia de treinamento intensivo e gratuito.

Para participar, os interessados devem fazer a inscrição na página do facebook "Projeto Saúde Vocal", deixando nome e e-mail. Também é possível tirar dúvidas pela página.

O evento é promovido pelo Departamento de Fonoaudiologia/Faculdade de Medicina/Coordenação de Extensão/UFRJ; pelo CTA/CPST-Comitê Técnico Acadêmico para políticas de saúde do trabalhador/UFRJ; Sintufjrj; Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Pessoal.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimandou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Qualidade

■ Roberto Leher diz no artigo que, "apesar do pouco tempo, em virtude de não desprezíveis problemas de infraestrutura do evento, os debates foram muito mais densos e profundos do que os verificados nas iniciativas anteriores".

Diagnóstico

■ O professor explica: "Mais do que críticas genéricas a um governo, ao Banco Mundial ou ao 'neoliberalismo', foi possível concluir que a ofensiva dos setores dominantes não é fragmentada e pontual, mas orgânica e claramente classista, organizada e liderada pelo bloco no poder do Estado em estreita relação com o Estado Maior do Capital".

Eleições na APG

■ A Associação de Pós-Graduandos da UFRJ marcou para 8 de outubro a eleição da diretoria para a gestão 2014-2015 (veja edital em <http://migre.me/l807b>)



Para Leher, ENE foi o encontro que proporcionou a maior unidade da esquerda nos últimos anos

Êxito político

Em artigo publicado no jornal eletrônico Correio da Cidadania, Roberto Leher situa a dimensão política do Encontro Nacional de Educação (ENE) que levou à Tijuca quase três mil pessoas de várias partes do país. Na opinião do professor da Faculdade de Educação da UFRJ, esta reunião "foi o encontro que proporcionou maior unidade da esquerda nos últimos anos, em especial

após a I Conferência da Classe Trabalhadora, em junho de 2010, quando não foi possível unificar a Conlutas e a Intersindical e elevar o padrão organizativo dos trabalhadores". Leher observa que, no que se refere à educação, o ENE "foi o maior encontro desde os congressos nacionais de Educação, realizados entre 1996 e 2005". O professor diz também que este encontro realizado

durante três dias no início de agosto "foi também maior e mais representativo do que a Plenária "Vamos Barrar Essa Reforma", basicamente convocada pelas entidades estudantis e o Andes-SN, em setembro de 2004, para combater as políticas de expansão da educação superior em curso, notadamente por meio da compra de vagas pelo Estado no setor privado-mercantil".

50 anos do Golpe

■ Desde quinta-feira 21, o campus da Praia Vermelha abriga a exposição "1964: UFRJ – Imagens, Falas e Informações". Vai até 12 de setembro.

■ Foi organizada pela Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação (Sibi)

■ Durante o tempo da exposição, serão programados debates sobre os 50 anos do golpe militar e seus reflexos na vida da sociedade brasileira.

■ O objetivo da exposição é exibir um panorama da universidade durante o período ditatorial, por meio da apresentação ao público de seu acervo histórico e memorialístico.

■ O campus da Praia Vermelha fica na Avenida Pasteur, 250, na Urca

■ Mais informações no site do Sibi.

Greve

■ A Justiça indeferiu pedido da reitoria da USP para que o TRT decretasse a ilegalidade da greve conduzida pelo Sintusp.

Massas nas ruas

Em solidariedade ao MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), mais de 10 mil pessoas marcharam na quarta-feira 20, do MASP ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP) na Av. Paulista. O movimento vem sofrendo ataques da imprensa apoiados na manifestação do MP-SP de que o movimento teria sido favorecido pelo programa Minha Casa Minha Vida. Na marcha foi lembrado que os movimentos sociais acessaram apenas 2% dos recursos públicos destinados ao programa, enquanto as empreiteiras se beneficiam de mais de 98% dos recursos do programa. Guilherme Boulos, dirigente do MTST, disse que o movimento não teme investigações. Ele questionou a omissão do MP em relação à especulação imobiliária urbana. "Estamos levando sete denúncias ao MP para que eles investiguem a especulação imobiliária em São Paulo", disse.



VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



Impactos são maiores para as mulheres negras

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Mais de cem anos após a abolição da escravidão, as mulheres negras ou mestiças ainda são associadas a objetos sexuais ou a trabalhos de mais baixa remuneração. “É claro que existem mulheres negras engenheiras e nas mais diferentes profissões, mas a imagem mais trabalhada internacionalmente é a ligada ao turismo sexual”, critica Eloá Nascimento, integrante do movimento Olga Benário, que luta pelos direitos das mulheres e pelo socialismo.

Eloá foi uma das palestrantes convidadas pelo DCE Mário Prata para participar de uma recepção especial aos novos estudantes da UFRJ no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no último dia 13. A atividade, sobre acesso e permanência na universidade, deu foco à exclusão étnico-racial.

Com formação em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutorado em política econômica pela Universidade de Siena, na Itália, Eloá enfatizou o papel do racismo e do machismo na formação econômica do país: “Fiz questão de falar aos calouros sobre o contexto histórico das relações étnico-raciais que vivemos até os dias de hoje para que entendam que não se trata de um problema da universidade apenas, mas de questões estruturais de toda a sociedade”.

A receptividade entre os alunos foi acima das expectativas: “Havia muitas mulheres mais velhas e negras (no público), que cursam o ensino noturno”,



Racismo ao modo brasileiro

Atividade de recepção aos calouros, organizada pelo DCE, discute a opressão no país

Eloá Nascimento conversou com os novos estudantes sobre o racismo no Brasil, durante atividade do DCE

conta. Para elas e eles, Eloá sublinhou o papel da ideologia patriarcal e de inferioridade racial africana para exploração colonial portuguesa no Brasil: “A concepção portuguesa era a de mulher tutelada, escravo nem gente era”.

Para as mulheres negras, a situação era ainda pior: “Mesmo entre escravos, o preço da mulher negra já era significati-

vamente inferior ao do homem negro, pois o trabalho executado por elas era considerado de menor valor”, frisa.

Opressão na República

Já durante a República, a nova elite continuou com a opressão: “Os negros livres não têm qualquer direito social. Nem educação, nem teto, nem voto”. A restrição da eleição aos alfabetizados, na prática, repre-

sentava a exclusão de todos negros livres. E as consequências históricas da ausência do direito à moradia desta população pode ser verificada ainda hoje na presença expressiva de negras e negros nas favelas. “Não é por acaso”, completa.

Miscigenação romantizada

Para Eloá, o Brasil trata de maneira romantizada, ainda hoje, a miscigenação.

“Quando se fala em amor dos senhores por escravas, escondendo situações de violência e relações forçadas, o que se verifica é um esforço para tratar de maneira positiva o problema”, destaca. “Até hoje, o estigma não foi completamente superado. É como a sociedade houvesse delimitado muito bem o espaço a que essa mulher negra, mulata, se destina”.

■ JURÍDICO

Fim dos cursos pagos nas universidades públicas?

STF pode acabar com a cobrança em pós *lato sensu*

O Supremo Tribunal Federal (STF) pode decidir, a qualquer momento, sobre o pagamento em cursos de pós-graduação *lato sensu* nas universidades públicas do país. O processo espera, sem prazo estabelecido, um parecer do relator, o ministro Ricardo Lewandowski.

O tema chegou ao STF como recurso extraordinário (nº 597.854) no qual a Universidade Federal de Goiás se posiciona contra decisão do Tribunal

Regional Federal da 1ª Região, em 2008. O TRF-1 considerou inconstitucional a cobrança de mensalidade pela frequência de curso de pós *lato sensu* em Direito Constitucional, oferecido pela instituição.

Na situação de origem do processo, após os candidatos serem aprovados em prova discursiva, foram cobradas taxa de matrícula e a assinatura de contratos (com o comprometimento pelo pagamento de mensalidades para poder frequentar o curso). Embora houvesse efetuado a matrícula, um dos alunos obteve da Justiça Federal em Goiás um pronunciamento pela ilegalidade da cobrança, à luz do artigo 206, inciso IV, da

Constituição Federal, que assegura a gratuidade do ensino em instituições públicas — decisão confirmada pelo TRF-1.

Em 2012, o caso foi considerado de repercussão geral: “A questão constitucional apresenta relevância do ponto de vista jurídico, pois o seu julgamento definirá, com base na interpretação dos dispositivos constitucionais supracitados, se as universidades públicas podem efetuar cobrança de mensalidade pelo oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Essa definição servirá de orientação para os demais órgãos do Poder Judiciário (...)”, registrou Lewandowski, na ocasião.

A reportagem do **Jornal da**

Adufrj tentou entrevistar o estudante (Tiago Macedo dos Santos) e seu advogado, José de Oliveira Barros Filho, sobre a origem do processo. Mas eles preferem somente se manifestar após a decisão final do Supremo.

Posicionamento do Andes-SN

O Andes-SN, por sua vez, é contrário ao pagamento de quaisquer cursos de pós-graduação em universidades públicas. Para o Sindicato Nacional, isso não só fere o caráter público das instituições presente na Constituição Federal, como incentiva a precarização do trabalho docente, devido ao aumento da carga horária.

A professora Elizabeth Barbosa observou que o Sindicato é contra as parcerias público-privadas que estendem o braço do mercado para dentro das universidades. Ela, que era a 2ª vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN até o fechamento desta matéria (houve posse de nova diretoria no último dia 21, no Conad de Aracaju), também criticou a possibilidade de empresas custearem os cursos da especialização: isso obriga que o estudante apresente vínculo com alguma empresa. E retira do Estado sua obrigação de ofertar a educação gratuitamente. **(Samantha Su)**